



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e quinze minutos, realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação (CNE), situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e, virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica (CEB). A referida Sessão contou com a participação presencial dos Conselheiros Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (Presidente), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (Vice-Presidente), Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Gastão Dias Vieira, Israel Matos Batista, Márcia Teixeira Sebastiani e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e, de forma virtual, das Conselheiras Givânia Maria da Silva e Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, registrada a ausência das Conselheiras Leila Soares de Souza Perussolo e Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt (membra nata). Inicialmente, com a presença da convidada Cláudia Borges Costa, Diretora de Políticas de Alfabetização de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC), a Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva informou que a pauta da Sessão de Trabalho seria destinada à apresentação da minuta do parecer que trata das Diretrizes Operacionais para a Oferta e Qualificação de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari apresentou o novo Secretário-Executivo do CNE, senhor Christy Ganzert Pato, e destacou suas credenciais acadêmicas e experiências. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva apresentou ao novo Secretário-Executivo a demanda dos Conselheiros para a contratação de consultores no apoio ao trabalho do Colegiado da CEB. O Secretário-Executivo Christy Ganzert Gomes Pato tratou da possibilidade de contratação de consultores para projetos específicos e para várias demandas. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani solicitou o auxílio da Secretaria-Executiva (SE) do CNE para a consulta pública do projeto de resolução que define as Diretrizes Nacionais para o Planejamento e a Realização de Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, nos moldes realizados pelo MEC, que permite a geração de um relatório sobre as contribuições apresentadas pelos participantes. Informou que solicitou ao Conselheiro Paulo Fossatti, presidente da Comissão Bicameral sobre Formação Inicial e Continuada de Professores e Gestores da Educação, para tratar das questões relativas à consulta pública do documento supracitado. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa tratou da recomposição da Comissão para Estudos Normativos para a Oferta da Educação Básica (modalidade EJA) e apresentou o histórico do trabalho de elaboração da minuta do parecer das Diretrizes Operacionais para a Oferta e Qualificação de EJA, a partir da retomada do diálogo com a Secadi/MEC. Indicou que a comissão dialogou com representantes dos fóruns da EJA no Brasil, com a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), e com professores e estudantes que solicitaram a substituição da Resolução CNE/CEB nº 1, de vinte e cinco de maio do ano de dois mil e vinte e um, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e EJA na modalidade Educação a Distância (EaD). Destacou a existência de um texto inicial, proposto pelo Colegiado anterior da CEB, que foi resgatado pela atual comissão. Frisou



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

que a primeira providência da nova comissão foi a abertura da audiência pública, realizada no dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, com a participação de mais de trezentas pessoas que puderam também encaminhar manifestações por *e-mail*. Destacou que a comissão contou com o auxílio da consultora Lucimar Rosa Dias, do Instituto Federal do Paraná (IFPR), para a elaboração de um texto que contemplasse a participação da sociedade civil e a articulação entre o CNE e o MEC. Indicou que a principal mudança em relação à proposta de parecer anterior ocorreu na distribuição da carga da EaD que, de acordo com as manifestações obtidas na consulta pública, vem causando a evasão e o fechamento de cursos nessa modalidade de ensino. A senhora Cláudia Borges Costa destacou a necessidade da revisão da Resolução CNE/CEB nº 1, do ano de dois mil e vinte e um, e salientou o processo de discussão desse tema no Grupo de Trabalho (GT) da CNAEJA na qual foi apresentada a importância da oferta da EJA no Ensino Fundamental na modalidade presencial, com a possibilidade da flexibilização para a oferta de cinquenta por cento de EaD no Ensino Médio. Destacou que o MEC está oferecendo a formação voltada aos profissionais que atuam na EJA, no âmbito do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa informou que a próxima demanda de trabalho para a comissão que trata da EJA será a elaboração das diretrizes curriculares desta modalidade e, em seguida, apresentou detalhes das novas Diretrizes Operacionais para a Oferta e Qualificação de EJA. A Conselheira Cleunice Matos Rehem tratou da inclusão na minuta da possibilidade de considerar as qualificações prévias e o exercício profissional dos estudantes para o abatimento da carga horária na EJA do Ensino Médio, desde que exista a correlação curricular. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari reforçou a possibilidade de avaliação de competências, bem como de outros saberes, pelas instituições ou secretarias de educação, no processo de reconhecimento de conhecimentos prévios adquiridos pelos estudantes. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva tratou da necessidade de considerar o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), previsto na Lei nº 9.394, de vinte de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como o único a ser aceito para a comprovação de estudos na EJA. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari questionou sobre a contribuição de outros atores para a elaboração da nova minuta de parecer, além daqueles ligados à EJA oriundos das redes públicas de educação. Destacou a participação do Conselheiro Francisco Aparecido Cordão na relatoria do Parecer CNE/CEB nº 1, de vinte e sete de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, no âmbito do Processo SEI nº 23000.003242/2016-26, que tratou da proposta de desenvolvimento de experiência pedagógica para oferta de programa nacional de EJA, nos níveis do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em escolas do Serviço Social da Indústria (Sesi). A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani descreveu o contexto da deliberação, do Parecer CNE/CEB nº 2, de cinco de outubro do ano de dois mil e vinte e três, no âmbito do Processo SEI nº 23001.000795/2023-46, que tratou da validação da experiência de proposta pedagógica, em caráter experimental, executada pela Rede Sesi de Educação, durante o período de dois mil e dezesseis a dois mil e vinte e três, nos níveis fundamental e médio, para a oferta do Projeto da Nova EJA. Destacou que solicitou, com as Conselheiras Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa e Leila Soares de Souza Perussolo, a inclusão no parecer da obrigatoriedade da autorização nos conselhos estaduais para a continuidade da oferta desses



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

cursos. A Conselheira Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa apresentou suas restrições à condução do processo, bem como ao desenho do projeto que consta do Parecer CNE/CEB nº 2, do ano de dois mil e vinte e três, e explicou que considera muito instrutivas e fundamentadas as objeções que constam no Parecer CNE/CEB nº 1, do ano de dois mil e dezesseis. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari informou que não houve a homologação do parecer supracitado. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa indicou que apresentará para a deliberação do Conselho Pleno (CP) o parecer que trata das Diretrizes Operacionais para a Oferta e Qualificação de EJA, no dia vinte e nove de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco. Sem outras manifestações, a Sessão foi encerrada às dezesseis horas e trinta e cinco minutos e, para constar, eu, Luciana dos Santos Marvulle Bueno, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pela Presidenta da Sessão, Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva. Brasília, vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco.